

putados que representam o Estado inteiro, claro, tiveram votos nas noventa e duas cidades, mas são conhecidos pela sua atuação política na Baixada Fluminense, ambos, inclusive, o Deputado Otoni foi Vereador na Baixada também, mas nós percebemos que esse problema tem acontecido recorrentemente na Baixada e toda região metropolitana do Rio de Janeiro.

Então, em primeiro lugar, é entender... e aí eu lamento a ausência também não há representante da Polícia Militar e nem da Polícia Civil, embora tenham sido convidados; lamento também as ausências. Primeiro, entender a dinâmica das blitzes que envolvem a segurança pública, que, a meu ver, são operações que deveriam constatar se o veículo é roubado; se existe algum mandado contra o condutor ou algum tripulante do carro; se existe arma ou droga no interior do veículo ou algum produto irregular. A princípio, seria a destinação da operação de segurança nesse sentido. Por outro lado, nós também temos as operações de trânsito, que verificam as regras do CTB: se o veículo tem condição de trafegabilidade; se ele está de acordo com as normas, com a documentação de porte obrigatório; se o IPVA está pago; se os itens de segurança estão verificados. Então, essas seriam as operações de trânsito.

Permita-me aqui fazer um preâmbulo, Sr. Presidente. Logo que a gente iniciou os trabalhos na legislatura anterior, Deputada Índia, havia uma lei vigente no Estado do Rio de Janeiro que proibia a abordagem de polícia nos veículos, sobretudo nas motocicletas. Quem vive no Rio de Janeiro sabe que as motocicletas, embora sejam um instrumento de trabalho, sobretudo pós-pandemia, é instrumento para realização de entrega, mototáxi, e a gente respeita esse profissional, mas é um veículo que, se fizermos aqui um apanhado da incidência criminal do Rio de Janeiro, na maioria esmagadora dos casos, destinado ao cometimento de crimes pela agilidade, pela versatilidade da condução da motocicleta. E o que a gente percebe no Rio de Janeiro é uma proliferação de motocicletas sem placa, com chassi adulterado, com indivíduos pilotando a motocicleta sem identificação, sem CNH; ou seja, uma zona envolvendo as motocicletas.

Portanto, eu fui um dos deputados que propuseram, na legislatura anterior, a alteração dessa lei. E aí, Deputado Poubel, Deputada Índia, Deputado Alan, que bem conhecem o uso das redes sociais, eu apanhei diuturnamente, durante um bom tempo, dizendo que eu fazia parte da máfia dos reboques, que eu estava favorecendo as blitzes para coibir o cidadão de bem, quando, na verdade, meu intuito era que a polícia pudesse agir, sobretudo nessas motocicletas que estavam e estão fazendo uma zona no Rio de Janeiro. Pois bem, agentei as pancadas que recebi nas redes sociais e demandei oficialmente ao Governo Estadual, através de indicação legislativa do meu mandato, através de projeto autorizativo do meu mandato, no sentido de que o Governo Estadual adotasse um programa específico para as motocicletas. Tivemos algumas reuniões no gabinete do governador, com o chefe de gabinete, na Secretaria de governo. Fez-se um desenho envolvendo órgãos como o Detran para que se regulamentasse esse tipo de operação. O que se pressupõe numa operação de trânsito, a exemplo do que acontece com a Lei Seca, é que o cidadão que está conduzindo seu veículo onerenga uma operação acontecendo sinalizada, com identificação, logomarca, agentes identificados; o que o faz se sentir seguro, porque ele sabe o que tipo de fiscalização ele será submetido. Portanto, se o Governo Estadual adotasse uma operação para coibir essas motocicletas irregulares, com identificação, com nome, com logomarca, com agentes identificados, seria muito mais seguro para toda a população, muito mais transparente e honesto com as pessoas do Rio de Janeiro.

Mas, muitas idas e vindas, muitas conversas com o Detran, com a vice-presidência do Detran, e nada aconteceu. Aí, presidente, eu e todos os colegas aqui, e toda população do Rio de Janeiro, fomos surpreendidos, Deputado Otoni, com uma papagaiada, com uma pirotecnia, com algo que notadamente a gente sabe que não tem organização alguma, mas, salvo melhor juízo, para autopromoção de um cidadão denominado Tadeu não sei das quantas, que é esse que desrespeita a Casa e não veio hoje. Ele fazendo videozinho, Deputado Poubel, nas redes sociais dele, dizendo que ele é quem comanda a operação, que ele vai levar a operação para o lugar tal, para o lugar y, para o lugar z. Ele, fazendo operações recorrentes em determinadas localidades, esquecendo-se de outras, tudo deliberadamente, da cabeça dele.

Então, esse é o primeiro ponto. A gente tem operações acontecendo que a gente não sabe quem manda, porque como bem disse o presidente, não tem ordem de serviço. A gente não sabe qual órgão da administração estadual é o responsável pela inteligência dessas operações, porque elas não têm identificação padrão, elas são aleatórias, elas afrontam o cidadão de bem, sobretudo os mais pobres, sobretudo, e aí por que eu digo os mais pobres? Porque são operações que afrontam a legislação, porque quando verificam ali a incidência de algum problema que pode ser corrigido, ao invés de adotar o procedimento de reter o documento e dar um prazo para que aquele cidadão regularize aquela questão, não, eles apreendem o carro, eles rebocam o carro e aí ficam achando pelo em ovo: pneu careca, lanterna queimada e achando problemas onde não existem nitidamente para, desculpe a expressão, sacanear o cidadão de bem, sobretudo os mais pobres.

Então, esse é um ponto que é o que mais nos aflige. É o que tem sido objeto de muitas denúncias dos nossos mandatos, das nas nossas redes sociais. Tem sido denúncia também nos canais oficiais da Assembleia Legislativa. Até porque esses indivíduos que estão nessa operação, nós não sabemos quem manda, não sabemos quem são, a que órgão pertencem, qual tipo de convênio, acordo, consórcio, termo de cooperação técnica entre as respectivas instituições do Estado está sendo definido. A gente não consegue compreender por que o Detran reboca carro de cidadão de bem. O Detran faz mal, e faz muito mal, porque há relatos também e a gente pode avançar nessa audiência, de relatos aqui de pessoas que são cotidianamente achadas por agentes do Detran. Covardia que agentes do Detran fazem nas regiões metropolitanas e a gente sabe exatamente como funciona isso. Agora, no meu mundo, o Detran serve exclusivamente para fiscalizar o transporte de pessoas no Rio de Janeiro. Portanto, se o indivíduo está fazendo a famosa lotada, o Detran está habilitado a agir. Agora, o Detran rebocar carro porque está com pneu careca, não me parece de sua competência, mas o que nós observamos na semana passada foi blitz com selo do Detran e reboques do Detran rebocando gente em Maricá, levando para a Baixada Fluminense, contrariando o que dispõe a Resolução, contrariando o que dispõe a normativa vigente, numa covardia. Por que o Detran reboca o cidadão de bem?

A primeira pergunta - porque o Detran está aqui - a gente não consegue entender qual a lógica, qual a mecânica de funcionamento dessas operações. Contrário a tudo aquilo que pressupõe o regramento que diz: por exemplo, o agente, o policial, a autoridade de trânsito têm que estar identificados, de preferência com quepe branco, mostrando para o cidadão quem é a autoridade de trânsito, se ele próprio tem a capacidade de atuar ou não. Tantos agentes dessas operações, que não tem capacidade de atuar ou não; tantos agentes nessas operações que não têm capacidade de atuar.

E aí a gente também tem que fazer a menção aqui à Guarda Municipal do Rio de Janeiro. Nós constatamos a operação no aeroporto Santos Dumont, em que o gaiato do miliciano do Sr. Eduardo Paes, lá de coletinho azul, que nenhuma identificação tinha... e aí eu falo miliciano, porque todo o aparato policial, forte, fora da lei, sem respeitar o que a lei pressupõe em prol dos interesses que a gente sabe de quem são, chama-se, no meu mundo, milícia. Por isso que eu me refiro como milícia do Sr. Prefeito Eduardo Paes.

Agentes Deputado Felipinho Ravis, que fotografam a sua placa quando vai desembarcar no aeroporto, mas não te atuam. Depois, num belo dia, a multa chega na sua casa, fruto de uma fotografia de um agente que não tem autoridade para multar absolutamente ninguém.

Então, Sr. Presidente, V.Exa. vai passar a palavra para os demais colegas, mas nós temos ali fruto de 48 horas. Isso aqui não é uma pesquisa rebuscada de dias, mas sim de 48 horas nas redes sociais; o que chegou aos canais dos nossos mandatos, ao nosso grupo de WhatsApp, aos canais oficiais da Assembleia Legislativa. Se V.Exa. permitir, eu gostaria de exibir isso também.

E já como um preâmbulo para ilustrar, para a fala dos demais colegas, fazer aqui uma pequena exibição também desse gaiato que não veio, e é assim que eu chamo - o Deputado Dionísio o apelidou de "segundo de coisa nenhuma", algo do tipo, "segundo de ninguém". A chefe de gabinete do Deputado Dionísio está aqui me corrigindo: "segundo de ninguém".

Concordo com as palavras do Deputado Filipe Poubel, que nós precisamos ser muito mais enérgicos nas medidas daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Lopes) - Pedido deferido, Deputado. E nós faremos o encaminhamento da convocação do senhor Tadeu Vieira de Souza dos Santos. Essa comissão fará esse encaminhamento ao Deputado Dionísio Lins, presidente da Comissão de Transportes, e provavelmente na próxima semana retornaremos com a próxima audiência com essas pessoas convocadas. E espero a presença do Detran aqui também. Espero a presença da Polícia Militar, da Polícia Civil, todos os órgãos envolvidos nessas operações.

O SR. RODRIGO AMORIM - V.Exa. Autoriza, Presidente, a exibição?

O SR. PRESIDENTE (Alan Lopes) - Deferido.

O SR. RODRIGO AMORIM - Então, pode passar aí, por favor?

(Apresentação de vídeo)

O SR. RODRIGO AMORIM - Deputado Filipe Poubel, isso aí, Deputado Otoni de Paula Pai, Deputado Giovani Ratinho, foi nas últimas 48 horas. Não é um apanhado histórico, de dias, semanas, anos. Nas últimas 48 horas, domingo e segunda-feira.

E aqui fica a quem está nos assistindo pela TV Alerj: pode mandar o seu vídeo, pode mandar a sua denúncia. Infelizmente, a gente não tem braço operacional para ir nessas aberrações em todo o Estado do Rio de Janeiro, mas mande a sua denúncia para a gente expor o que está acontecendo.

E, aí, eu peço também, para encerrar, já que o presidente assim deferiu, para apresentar a outra pasta, sobre o senhor Tadeu. Tem um vídeo, se puder passar o vídeo primeiro, eu agradeço. Está dentro dessa pasta do Tadeu.

(Apresentação de vídeo)

O SR. RODRIGO AMORIM - Vou passar as fotografias, são poucas, mas não vou me estender com isso. Esse vídeo, claro, tem alguma pertinência com a temática da ordem, no entanto, é um vídeo que deixa muito claro que esse cidadão é o xerife do Rio de Janeiro hoje; um estado que não tem Secretaria de Segurança Pública, tem a Secretaria de Estado da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Percebam a gravidade: ele está dentro do CICC, um local a que poucas pessoas têm acesso, por razões óbvias, um local de inteligência do Governo do Estado; ele com acesso às câmeras, falando em nome do Governo do Estado, do Governo Presente, dando, como se diz no popular, antecipando, dando spoiler do que vai acontecer, da política de segurança que vai ser implantada; falando em nome da Polícia Militar; falando em nome do Governo do Estado; dizendo qual estratégia, no que diz respeito às câmeras, será adotada; fazendo um vídeo institucional - isso não é um vídeo amador, não é um self que ele está fazendo -, então, precisamos entender quem deu comando a esse indivíduo para ele ser a autoridade máxima do Governo do Estado, no que diz respeito à segurança pública, porque, ao que me consta, ele não é policial, nem civil, nem federal, nem militar, nem Guarda Municipal. Ele não tem autoridade nenhuma como agente de segurança pública; não tem formação para isso. E é necessário que a gente compreenda, efetivamente, por que esse cidadão é quem define.

Então, eu digo de forma objetiva, motorista de aplicativo, cidadão do Rio de Janeiro, o inimigo hoje, seu, chama-se Tadeu Vieira. Vá nas redes sociais dele, faça a sua reclamação, porque ele responde em nome do Governo do Estado do Rio de Janeiro, é ele quem define a política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro hoje. E aí, me permito exibir aí umas dez fotografias para ilustrar, exatamente, e já termino minhas palavras aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Lopes) - Obrigado, Deputado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Propaganda dele nas redes sociais. Ele fez uma faxina nas redes sociais recentemente, depois que soube que a Comissão estava sendo implacável, ele fez uma faxina nas redes sociais. Mas olha ele anunciando, sempre vestido com colete do Governo do Estado do Rio de Janeiro: "Mais uma moto roubada recuperada", não sei o quê.

Olha ele dentro de outro equipamento, Governo Presente, é o que ele se intitula. Veículo com placa adulterada, sem placa, agora é crime. É legislador também. Tadeu Vieira, Governo Presente, com a logomarca do Governo do Estado. Segurança Pública é prioridade, Presidente, ali, Segurança Pública é prioridade. Hoje fazendo operação aqui na praça do pedágio. Tadeu Vieira, Governo Presente. Outro colete, mais bonito ainda. Agora é crime. Tadeu Vieira, Governo Presente, casaco do Governo do Estado. Detran, Detran, Polícia Militar do Rio de Janeiro.

medidas daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Lopes) - Ele é funcionário do Detran?

O SR. RODRIGO AMORIM - Faz operação, e não é só de trânsito não, Decav, Delegacia da Criança e Adolescente Víctima; ou seja, o xerife é bom mesmo. Ele atua nas blitzes, nas operações.

O SR. FILIPPE POUBEL - Ele é onipresente, porque ele está no Detran, no Detran, na polícia...

O SR. RODRIGO AMORIM - Deputado Poubel, Deputado Otoni, ele está anunciando cinco mil vagas na Segurança Pública, sabe-se lá a título de quê, para a população do Rio de Janeiro. Então ele está anunciando cinco mil vagas.

O SR. FILIPPE POUBEL - Deve ter sido ele que cancelou a prova da PM também.

O SR. RODRIGO AMORIM - Pode ter sido, pode ter sido.

Governo Presente, dentro do Palácio Guanabara, aí ele anuncia também: Governo do Estado abre cinco mil vagas administrativas de Bombeiro, com salário de 2.600. Alguém aqui teve acesso a isso, sabe a que título é, como é que faz para acessar essas vagas? Procura o Tadeu Vieira que ele sabe com empregar cinco mil pessoas.

Detran, Detran, Polícia Militar e Polícia Civil. Ele fala em nome dos quatro órgãos: Detran, Detran, Polícia Militar e Polícia Civil.

Então, é isso que é o Sr. Tadeu Vieira, o xerife, general da Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Lopes) - Deputado Otoni, foi o senhor que deu esse colete bege para esse rapaz? Eu o vi com um colete parecido com esse.

(Falas fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alan Lopes) - Vamos aproveitar esse momento para consignar em ata, Deputado Rodrigo Amorim, para o Deputado Dionísio Lins, que na Comissão de Transporte faça a devida convocação do Sr. Tadeu Vieira de Souza Santos. Uma vez que foi convidado, sequer compareceu, nem deu nenhuma justificativa. Aqui consta que ele tem um cargo de comissão na Secretaria de Estado da Casa Civil. Então que seja feito um ofício à Casa Civil, ao Secretário Nicola Miccione, para que nos diga também que tipo de atribuições o senhor Tadeu cumpre na Casa Civil.

O SR. RODRIGO AMORIM - Muito bom, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Lopes) - Acho que é pertinente essa pergunta também.

Bom, evoluindo, eu quero passar a palavra agora ao Deputado Filipe Poubel para que faça suas perguntas, caso as tenha direcionadas ao Detran. Infelizmente, quero lhe dizer que eles não puderam mandar nenhum representante. Mas nesse momento há uma série de agentes fazendo uma operação no mesmo lugar em que nós estivemos na última sexta-feira: na porta do Detran, próximo do ponto de ônibus ali. Só não há servidores para vir aqui prestar esclarecimentos; para continuar barbarizando eles têm servidores à vontade.

Com a palavra, Deputado Poubel.

A SRA. ÍNDIA ARMELAU - Deputado, posso só fazer uma observação? Porque eu quero só escutar as perguntas. O que me entristece é que as empresas, os assessores, as pessoas que deveriam entregar a ordem urbana entregam a desordem urbana. E aqui temos

várias comissões, CPIs, todas unidas para conseguir resolver algo. Qualquer parlamentar ou pessoa que seja contra esse movimento, ou ele está de sacanagem ou ele está na sacanagem. Porque não é possível alguém estar contra isso aqui.

E, cara, eu queria entender só o seguinte, eu vou perguntar antes deles começarem a perguntar, vocês têm como, hoje, postura, resposta, comprometimento com o Estado do Rio de Janeiro para responder às perguntas que vamos fazer? Porque senão a porta está aberta, porque o Detran já fez aqui todo mundo de palhaço e não compareceu. O que queremos é apenas verdade, respostas. E os deputados estão atrás disso. Nós fomos eleitos pelo povo para poder entregar segurança. Homens dirigindo já não se sentem mais seguros ao passar por uma blitz. Você imagina uma mulher sozinha. Hoje está muito complicado. O Rio de Janeiro está um perigo e não temos o Detran, o Detro, polícias, pessoas que trabalham na Casa Civil ao nosso lado.

Então, por favor, eu peço encarecidamente, estejam aqui pela população e respondam todas as questões dos deputados presentes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Lopes) - Obrigado, Deputada.

Deputado Filipe Poubel.

O SR. FILIPPE POUBEL - Obrigado, Presidente. Bom dia a todos os presentes, bom dia aos representantes do Detran, da Agência, aos meus nobres colegas parlamentares.

Eu começo fazendo uma narrativa de que o nosso mandato sempre foi voltado para as fiscalizações. Deputada Índia, a fiscalização faz com que o dinheiro da população pago através dos impostos retorne para ela com serviços bem prestados, e esse serviço prestado tem que ser de excelência. Isso está garantido na Constituição a fiscalização. Infelizmente, nem todos os deputados, nem todos os parlamentares, e aí eu digo no âmbito municipal, estadual, federal, se caracterizam por essa prerrogativa, mas eu sempre pautei o meu mandato, e outros deputados aqui que também pautam seus mandatos nas fiscalizações.

Diante disso, a gente acaba sendo um canal muito grande de reclamações, de denúncias, de casos abusivos. São esses abusos praticados por agentes, que quando botam um colete se sentem autoridade máxima, que vêm acontecendo no Estado do Rio de Janeiro.

Vou fazer aqui uma narrativa de um episódio que aconteceu comigo, com o Deputado Alan, com o Deputado Rodrigo Amorim nessa semana passada agora, e que está de grande repercussão no âmbito de Brasil. Eu estou recebendo ligação de Assembleia de outros estados.

Deputado Rodrigo, Deputado Alan, nós estamos na Comissão de Combate à Desordem Urbana, e dentre elas têm diversas desordens acontecendo no Estado do Rio de Janeiro. Mas, quinta-feira, da semana passada, às 9, 10 horas da noite, nós estávamos fiscalizando estacionamentos. Ninguém sabe disso. O intuito da sexta-feira, quando nós paramos nossas viaturas no início da Presidente Vargas, nós estávamos indo em diligência a fiscalizar o estacionamento. Mas, para nossa surpresa, quando paramos as viaturas, cada um com a sua, cada Deputado, cada um com sua viatura, nós vimos um agente esbravejando, batendo braço que não sabia quem estava dentro do carro. Quando nós saímos do carro, desembarcamos caracterizados, identificados, olha a forma que o agente abordou os parlamentares: "Do que se trata? O que vocês estão fazendo aqui?" Está gravado, gente. "Do que se trata?" Gente, não é porque nós somos parlamentares eleitos pelo povo que temos que ser tratados diferente, não. Todo mundo tem que ser tratado igual, com educação, com respeito. Mas o que a gente percebe Rodrigo Amorim, Alan, Índia, Felipinho, Ratinho e Deputado Antônio, é a arrogância, a deslealdade, a prepotência desses agentes para com o povo, para com o povo. É aquilo que eu disse: botam um colete e se sentem autoridade máxima. Aí, Índia, imagino eu, uma mulher sozinha sendo parada nessas operações, o que ela deve passar? Do assédio à perseguição, porque eles não respeitam ninguém. Não respeitam ninguém.

Aí, nós identificamos. Mais uma vez, além dos coletes da comissão, e logo de cara eu falei: olha, nós nem íamos fiscalizar vocês. Agora vamos.

Pedi, logo de cara, a ordem de serviço daquela operação. "Não tem". Eu quero a ordem. Então, a operação é irregular. "ah, não é operação; é orientação".

Ué! Não é operação; é orientação. Cheio de cones na Presidente Vargas. Se não é operação, o porquê daquele caminhão reboque parado ali? Concorde comigo? Se não tem operação, não tem por que ter caminhão parado, reboque parado. Não tem por que ter. Eles não sabiam explicar. "É ordem do presidente. É ordem do chefe de gabinete. É ordem..." Mas cadê a ordem de serviço? "Ah, não é operação." Então, por que aquele caminhão está ali? "Nós estamos aqui para orientar". E o caminhão também orienta alguém ou o caminhão intimida a população? Só que o caminhão estava parado, e, não tendo operação porque não tinha ordem de serviço, estava em local proibido, em local proibido.

Eu fiz a seguinte indagação ao agente: se um cidadão para o veículo ali, qual atitude que você toma? "Eu vou autuar. Eu muito." Você tem certeza? "Tenho." E o caminhão não está em operação? "Não". Então, por favor, faça o mesmo. A lei é para todos.

O SR. RODRIGO AMORIM - Deputado Poubel, ele não estava parado, ele estava estacionado.

O SR. FILIPPE POUBEL - Estacionado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Porque o motorista estava longe.

O SR. FILIPPE POUBEL - Longe. Aí fizemos valer a lei. Só que a todo momento eles tentam desqualificar o nosso trabalho, tentam desqualificar o nosso trabalho.

O caminhão não estava a serviço nem de serviço. O caminhão estava ali para intimidar, inibir as pessoas. Porque se o caminhão não tinha efetividade, não tinha operação; se eles são orientadores. Porque, se fosse operação, tinha que ter uma ordem de serviço, tinha que estar acompanhado da policial militar.

Ele mesmo falou: a policial militar estava aqui, mas, foi embora. Total contradição. Aí, um falava uma coisa, outro falava outra. É isso o que acontece no Estado do Rio de Janeiro todo.

Ontem, choveu mensagem para mim, Rodrigo, sobre a covardia que estava acontecendo em Maricá. Aí, começa em Maricá, vai para Belford Roxo, Nova Iguaçu, Campo Grande, Cabo Frio, e está no Estado todo.

Eu quero não acreditar, ou melhor, é isso mesmo, eu quero não acreditar que estamos lidando com a máfia do reboque no Rio de Janeiro. Quero não acreditar nisso. Menos ainda se tiver a leniência do governador, menos ainda, porque eu tenho certeza de que não tem, e vou levar isso para ele.

Uma operação que tem o intuito de orientar, uma operação que tem o intuito de zelar pela vida do cidadão, não é para ter 15, 16, 13 reboques. Na verdade, quando se colocam dez, 15, 20 reboques numa via para operação, aqueles reboques já têm que sair com meta cheia, meu irmão. E não volta vazio para o pátio, nunca. Eles vão inventar problema no seu veículo para poder rebocar.

E aí, o caminhão desse reboque que estava parado aqui na Presidente Vargas, o qual nós autuamos, estava com o pneu careca. E nós indagamos, eu, o Deputado Alan Lopes, o Deputado Rodrigo, indagamos: qual aparelho é usado para inspeção do pneu? É no olho e no dedo. É brincadeira! Se o cidadão chegar e o agente não for com a cara do cidadão, ele vai dizer que atingiu o DWI e vai botar o canudo ali na rampa.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sem direito de defesa, sem direito de contestação.

O SR. FILIPPE POUBEL - Sem direito a nada, Deputado Rodrigo Amorim. Porque se ele fosse se defender, se ele fosse explicar, ele vai sofrer ignorância, vai sofrer abuso de autoridade porque eles podem tudo. Para o Estado tudo e para o povo nada? É isso o que está acontecendo.

Eu quero que vocês entendam uma coisa: o que o Rodrigo mostrou ali não chega a 10% do que eles recebem todo dia.

O SR. RODRIGO AMORIM - 48 horas.

O SR. FILIPPE POUBEL - Todo dia. As operações estão acontecendo e não há... Eu quero entender quais são os critérios, quais são os objetivos dessas operações. Não tem.